


# OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM CIDADES PEQUENAS NO BRASIL: O CASO DE JUSCIMEIRA-MT


THE CHALLENGES OF DEPLOYMENT ON BASIC SANITATION IN THE  
SMALL TOWNS IN BRAZIL: THE CASE OF JUSCIMEIRA

LOS DESAFÍOS DE LA IMPLANTACIÓN DEL SANEAMIENTO BÁSICO  
EN CIUDADES PEQUEÑAS EN BRASIL: EL CASO JUSCIMEIRA – MT

**Beatriz Camila Roeski Martins Miranda<sup>1</sup>**

 0009-0002-0829-1861  
beatrizcmm@gmail.com

**Jeater Waldemar Maciel Correa Santos<sup>2</sup>**

 0000-0003-0486-6517  
jeatermaciel@gmail.com

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA  
**Geográfica**

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

[www.agbauru.org.br](http://www.agbauru.org.br)

1 Professora da Rede Pública de Ensino Fundamental do Estado de Mato Grosso e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0829-1861>. Email: [beatrizcmm@gmail.com](mailto:beatrizcmm@gmail.com).

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0486-6517>. Email: [jeatermaciel@gmail.com](mailto:jeatermaciel@gmail.com).

Artigo recebido em abril de 2023 e aceito para publicação em outubro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**RESUMO:** A pesquisa descreve o processo histórico de organização do espaço urbano da cidade de Juscimeira–MT ocorrido entre os anos 1950 e 1990, com foco na estruturação do sistema de saneamento básico. Para tanto foram levantados documentos históricos em órgãos oficiais e realizado entrevistas com moradores antigos da cidade e funcionários dos órgãos públicos que trabalhavam nessa época. Após análise dos resultados, verificou-se que os órgãos públicos responsáveis pela organização do espaço da cidade aprovaram os seus primeiros loteamentos residenciais sem qualquer infraestrutura de saneamento básico. Assim, as ações iniciais para instalação da rede de água potável foram tomadas e custeadas pela própria população com apoio de representantes da igreja católica local. Como conclusão, constatou-se que muitos dos sérios problemas existentes (como a regularização fundiária de imóveis e oferta mais estruturada de serviços de saneamento básico) decorrem do fato da organização espacial da cidade ter começado de forma desordenada.

**Palavras-chave:** Rede de abastecimento de Água. Organização do Espaço. Mato Grosso.

**ABSTRACT:** The research describes the organization of historic process on the urban area of Juscimeira city in the state of Mato Grosso that occurred among the years 1950 and 1990 with focus on the structure of basic sanitation system. For this purpose was taken some historic documentation at official organ and was carried out some interviews with older city's residents and with public's staff who had worked there at the same time. As main results we could verified that the public department are responsible for the organization of places in the city and they approved their first residential properties without any urban infrastructure including the basic sanitation. In this way, the initial actions for install the drinkable water net was made and paid by owners citizen and the catholic church at the local place. The conclusion was that many of current real problems (like land regularization of property and a supply more structured at basic sanitation services) arise from the fact the space's organization had started in a disordered way in this city.

**Keywords:** Water supply net. Space organization. Mato Grosso.

**RESUMEN:** La investigación describe el proceso histórico de organización del espacio urbano de la ciudad de Juscimeira – MT ocurrido entre los años 1950 y 1990, con foco en la estructuración del sistema de saneamiento básico. Para ello se levantaron documentos históricos en órganos oficiales y realizó una entrevista con residentes antiguos de la ciudad y funcionarios de los órganos públicos que trabajaban en esa época. Como principales resultados se verificó que los órganos públicos responsables por la organización del espacio de la ciudad aprobaron sus primeros lotes residenciales sin cualquier infraestructura de saneamiento básico. Así, las acciones iniciales para la instalación de la red de agua potable fueron tomadas y costeadas por la propia población con apoyo de representantes de la iglesia católica local. En conclusión, se constató que muchos de los serios problemas existentes (como la regularización de la propiedad y la oferta más estructurada de los

serviços de saneamento básico) derivam do hecho de que la organización del espacio de la ciudad ha comenzado de forma desordenada.

**Palabras clave:** Red de abastecimiento de agua. Organización del espacio. Mato Grosso.

## **INTRODUÇÃO**

O espaço geográfico é a expressão da produção material do homem que traz características do grupo que o transformou. Para atender as necessidades básicas de sobrevivência, o homem desenvolveu técnicas para produzir o espaço. Ao levarmos em consideração que este é produzido de maneira a atender interesses específicos e nem sempre com a mesma finalidade, percebemos que é singular o início de formação de cada aglomerado humano.

Mesmo havendo disparidades no processo histórico de produção dos espaços urbanos das cidades, algumas ações são padronizadas e indispensáveis para que o ser humano consiga produzir e se manter neste espaço, que sofreu uma alteração/transformação. Uma ação que se torna indispensável e também segue um padrão neste contexto é a existência de água potável, ela é um condicionante a prosperação ou não desta organização espacial.

O forte movimento de urbanização que se verifica, a partir da década de 1950 é contemporâneo de um forte crescimento demográfico nas cidades brasileiras, sobretudo, as cidades da região sudeste. Nesse período começaram a surgir os problemas urbanos que podem ser atribuídos a diversos fatores, ficando cada vez mais visíveis e presentes no cotidiano das pessoas (SANTOS, 1993).

A política neoliberalista defende a redução do papel do Estado e permitindo que o setor privado desempenhe um papel maior na formulação de políticas econômicas e públicas. O papel do Estado na atividade economia é redefinido, uma vez que este não age mais diretamente no processo produtivo, cumprindo apenas o papel de repassador de recursos para o setor privado através de um conjunto de medidas como as isenções fiscais, os subsídios, além da política monetária, fiscal e salarial, passando a interferir sobre o mercado como agente financiador da iniciativa privada (MELLO, 2013).

Ugeda (2014), reforça que a realidade da urbanização é muito diferente do ideal. Na maioria das vezes, esse processo ocorre por falta de planejamento, crescimento desordenado e falta de infraestrutura capaz de garantir um mínimo de qualidade digna de vida e ambiental.

Segundo Mota (1999, p. 17) “O aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida.”

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, nos últimos 50 anos, a população brasileira subiu de 60 para 200 milhões de habitantes, a taxa de urbanização passou de 45% para cerca de 85%.

Contudo esse intenso crescimento dos espaços urbanos não ocorreu de modo ordenado dando margem ao surgimento de diversos problemas que afetam a qualidade de vida de seus habitantes e a própria conservação da natureza nesses ambientes (VALLE,

2015). Em muitas cidades as estruturas de saneamento básico são muito deficitárias, sendo um desafio garantir até mesmo o fornecimento de água potável para a população.

A exemplo, temos a área que envolve este produzido, o qual a partir da década de 1950, impulsionado por um projeto proposto pelo governo do Estado de Mato Grosso, implantou uma empresa privada, Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola – CIPA, que envolve o atual Vale do São Lourenço, a fim de realizar venda de terras onde os proprietários destas, dedicavam-se a produção agrícola e pecuária (SIQUEIRA, 2002).

O esquema de colonização do Vale de São Lourenço passou a atrair migrantes vindos de várias partes do Brasil, nomeadamente das regiões Sudeste e Sul do país, atraídos pelo preço baixo e fertilidade das terras, onde o cultivo da cana-de-açúcar era uma atividade altamente produzida e o interesse do capital visava, no início, a formação de núcleos para obtenção/reserva de mão-de-obra e não levava em consideração as condições sanitárias entregues a esta população (OLIVEIRA, 2008).

Desta forma, o início da formação socioespacial da cidade de Juscimeira teve como finalidade principal o uso e ocupação das terras, sem levar em consideração a importância a curto, médio e longo prazo de uma estrutura adequada de saneamento para o desenvolvimento da cidade. Sendo assim, buscamos compreender e retratar como ocorreu o processo histórico de produção do espaço urbano da cidade de Juscimeira-MT, com foco na estrutura de abastecimento público de água.

## **FUNDAMENTO TEÓRICOS DA DISCUSSÃO**

No escopo abaixo, será apresentado de forma sucinta os fundamentos teóricos que estão sendo utilizados no presente artigo, para discutir o processo de formação histórico do espaço geográfico da cidade de Juscimeira.

Uma das primeiras relações que o ser humano teve diante sua fixação em uma determinada parte do espaço geográfico surge com a “moradia” para os mortos. O homem paleolítico, mesmo sem ter um lugar fixo, preocupava-se em garantir uma moradia permanente (covas identificadas, cavernas, túmulos) aos que deixavam este plano terreno. As cavernas, embora não fossem um lugar fixo para o homem paleolítico, trazia abrigo, segurança e ainda servia para guardar seus instrumentos de uso diário ou não. Diante desses fatos, podemos identificar que o período paleolítico é determinante para o aprofundamento da relação entre homem e lugar, plantando as primeiras sementes para o surgimento das primeiras cidades (SPOSITO, 2004).

Existem vários autores que definem o conceito de cidade e sua origem/desenvolvimento atribuindo inúmeros elementos e causas. Uns discutem essas causas separadamente, outros entrelaçam duas ou mais. Nesse sentido, Carlos (2003), aborda que a cidade é um produto histórico e social que possui relações com a sociedade a qual vai se transformando conforme a sociedade vai modificando-se.

A cidade é entendida aqui como uma totalidade de fatores que vão interferir e ocasionar sua produção, observando que cada uma, embora tenha algum padrão presente, é única dentro das suas particularidades.

Na visão de Carlos (2003), o urbano é produzido pelas necessidades da sociedade que é dividida em classes, envolvendo lutas e interesses no âmbito social cuja a força social pode levar a solução de problemas frente aos jogos políticos. O urbano aparece como obra histórica que se produz continuamente a partir das contradições inerentes à sociedade, estas produzidas pelo desenvolvimento desigual das relações sociais que são responsáveis em criar conflitos entre as classes, nesse entendimento torna-se impossível separar a cidade do espaço urbano.

... a cidade é pensada enquanto trabalho social materializado, objetivado, que aparece na articulação do “construído e o não construído” de um lado, e do movimento (de mercadorias, pessoas, ideias) de outro. Esse processo é marcado pela inter-relação contraditória do novo com o velho, imposta pelo processo de reprodução (CARLOS, 2003, p.71).

No período mesolítico outros fatores intensificaram a fixação do ser humano em algumas áreas, os quais podemos citar a domesticação dos animais e o processo, mesmo que lento, das atividades agrícolas. Já no período neolítico, o homem tornara sedentário e conhecedor de algumas técnicas para produzir no espaço, acarretando em uma organização espacial sincronizada com a divisão do trabalho diante a produção de subsistência e ao excedente desta (SPOSITO, 2004).

A produção do excedente alimentar é, portanto, condição necessária — embora não seja a única — para que efetivamente se dê uma divisão social do trabalho, que por sua vez abre a possibilidade de se originarem cidades. (SPOSITO, 2004, p. 8).

Carlos (2003) reforça que as primeiras cidades surgem em locais onde a agricultura já apresentava certo estágio de desenvolvimento, ou seja, na Ásia, e só muito mais tarde, na Europa, sendo a divisão do trabalho um fator que implicou na divisão de classes determinando as atividades entre os homens do campo e da cidade.

Para Santos (1993), o início da formação das cidades brasileiras estava correlacionado com um certo grau de hierarquia e subordinação, ambos vistos como naturais, tendo na agricultura um fator marcante para isto.

Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da cana) vêm trazer novo impulso e nova lógica ao processo. (SANTOS, 1993, p.20).

Para Santos (1994), o “urbano”, seria frequentemente o abstrato, o geral e o externo, e a “cidade”, seria o particular, o concreto e o interno, desta forma elenca que o urbano é oposição à cidade.

...o desenho urbano, as manifestações de carência da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. (SANTOS, 1993, p.11).

Por muito tempo a organização espacial brasileira foi formada por subespaços que evoluíam seguindo lógicas independentes de outros espaços para atender o interesse do capital internacional. Entretanto, após a segunda metade do século XIX, o Estado de São Paulo torna-se um polo dinâmico com a intensa produção brasileira de café, e acaba incluindo neste processo outros estados do país articulando uma cadeia que traria futuramente a interligação destes espaços com infraestrutura básica, tais como, ferrovias, meios de comunicação, melhoria nos portos, desencadeando uma nova organização do território frente um processo que ocorreria a partir da década de 1930, quando as novas condições políticas e organizacionais permitiriam que a industrialização na região sudeste do Brasil tornasse-se um fenômeno prestes a acontecer nas décadas seguintes. (SANTOS 1993).

Carlos (2003), defende que o processo de produção do espaço envolve uma série de mudanças sociais, onde a apropriação do solo pelo capital desenvolve uma série de desigualdades sociais, pois o sistema capitalista produz contraditoriamente riqueza e pobreza.

Nessa perspectiva, Santos (1993) pontua que o fenômeno da urbanização não ocorre de forma homogênea no território uma vez que são diferentes os graus de desenvolvimento e expansão da fronteira agrícola no país, o que acaba em ocasionar uma ocupação e um desenvolvimento econômico, social e político irregular nas regiões, pontos que intensificam a desigualdade em várias esferas nacionais.

O uso do solo está vinculado ao processo de produção capitalista, determinado pelo modo de ocupação de determinado lugar. O ser humano necessita para sobreviver ocupar um lugar no espaço, por outro lado, é preciso analisar o uso do solo, vinculado à teoria do valor, pois para produzir e habitar é necessário pagar determinado preço ao espaço.

Sandel (2015) explica de forma clara e central que o neoliberalismo pressupõe passos de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado. O mercado tornou-se o centro de influência e todos os recursos são alocados para satisfazê-lo. Tal fato, reforça que a sociedade não é o centro das preocupações e das atenções e torna-se apenas uma consequência dos interesses capitais.

A primeira campanha do governo federal para ocupar e colonizar as terras do Mato Grosso, conhecida como “Marcha para o Oeste”, foi realizada a partir de 1937 sob o incentivo do presidente Getúlio Vargas, cujo objetivo era a convergência das fronteiras econômicas e políticas sendo necessário povoar os espaços “em branco” existentes no território. A instituição criada para realizar essa tarefa foi a Expedição Roncador-Xingu,

que posteriormente passou a integrar a Fundação Brasil Central a qual além de reforçar as práticas para o povoamento da região buscava criar condições infraestruturais a fim de que os migrantes além de adentrarem no território pudessem se fixar neste (SIQUEIRA, 2022).

Waechter (2015) ressalta que que diversos assentamentos e grande parte das Colônias Agrícolas Estaduais passaram a ser responsáveis pelo surgimento de vilas no entorno de Cuiabá, no início do século XX.

O primeiro código de terras do Estado foi promulgado em 1949 e modificado em 1951 no governo de Fernando Corrêa da Costa, que com percepção que ainda havia vários vazios demográficos no território, visto que não considera as populações indígenas, implementou uma modernização na legislação fundiária com a intenção de faticitar o processo de venda das terras devolutas, colocando em ação a atuação das empresas particulares de colonização (SIQUEIRA, 2022).

O neoliberalismo, envolto em muita retórica sobre as virtudes da liberdade individual, do empreendedorismo, da autonomia, da responsabilidade pessoal, da privatização, dos mercados livres e do comércio livre, apoia políticas poderosas para restaurar e fortalecer o poder da classe capitalista, especialmente da classe financeira (HARVEY, 2011, p.15).

Neste contexto temos as Colônias Agrícolas Estaduais que ficaram associadas à iniciativa privada, com projetos de colonização executados por empresas privadas (WAECHTER, 2015).

Entre 1940 e 1950, foram criadas as colônias agrícolas (estaduais e particulares) na região Sul do estado pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC, órgão estadual): de Mutum (1939), Paraíso (1943), Nossa Senhora de Fátima (1947), Paulista (1948), Coronel Ponce (1948), Alto Coité (1948), Naboreiro (1949), Macacos (1949) Rondonópolis (1948), Dourados, Taquari-Mirim e Ministro João Alberto (atualmente Nova Xavantina) (GONTIJO, 1988). Entre 1950 e 1955, o governo mato-grossense adotou uma política para sistematizar a ocupação das terras e a expansão da fronteira agrícola. De início, o governo incentivou a implantação de empresas colonizadoras particulares, mas não teve êxito, pois algumas das terras colonizadas ficaram inadimplentes, sendo devolvidas ao estado posteriormente. (SANTOS, 2012, p.04).

O plano de metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) também trouxe uma grande visibilidade para a venda de terras mato-grossenses. Com a intencionalidade de estimular a produção industrial nacional, intensificar o uso de matéria-prima e a circulação de produtos industrializados, houve a abertura de estradas de rodagem para interligar a região Centro-Oeste e a Amazônia a região sudeste do Brasil (SIQUEIRA, 2002).

De acordo com Santos (2012) entre as décadas de 1960 e 1970 a criação dos eixos rodoviários da BR-364 e da BR-163 abriram caminhos para o processo de colonização, de urbanização, de ocupação humana e desenvolvimento regional em Mato Grosso.

Nas décadas seguintes, o governo federal e estadual continuaram por criar programas que visavam a expansão da fronteira agrícola do Estado Mato, bem como o desenvolvimento e a permanência dos colonizadores nessas áreas. Para as empresas capitalistas, a dilatação dessa fronteira, possibilitou a aquisição de latifúndios, de pastagens para o gado e o controle sobre a produção mineral representou mais uma chance para a expansão do capital e de seus lucros (SIQUEIRA, 2022).

Nesse cenário, os direitos sociais, econômicos e políticos, que foram conquistados através das lutas históricas dos trabalhadores, estão em risco de serem anulados pela hegemonia do pensamento neoliberal. Sob o ponto de vista da dinâmica urbana, o resultado é a negação do direito à cidade expressa na irregularidade fundiária, no déficit habitacional e na habitação inadequada, na precariedade e deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e qualidade do transporte coletivo e na degradação ambiental (FELDMAN, 2007, p. 288).

Os problemas urbanos, a falta de saneamento básico ou parte dela, traz sérios problemas para o desenvolvimento de um determinado lugar. A distribuição irregular, falta ou má qualidade da água é um dos problemas mais prejudiciais para a população e economia (SANTOS, 1998).

De acordo com Monte-Mór (1994), o principal problema das áreas urbanas dos países em desenvolvimento é o de saneamento, sua natureza precária gera sérios problemas ambientais e de saúde, pois os serviços de saneamento (água e esgoto) são inadequados ou inexistentes e afetam a qualidade de vida cotidiana, sobretudo dos mais pobres economicamente, enquanto a disposição final dos resíduos (sólidos e líquidos) atinge todas as regiões da cidade.

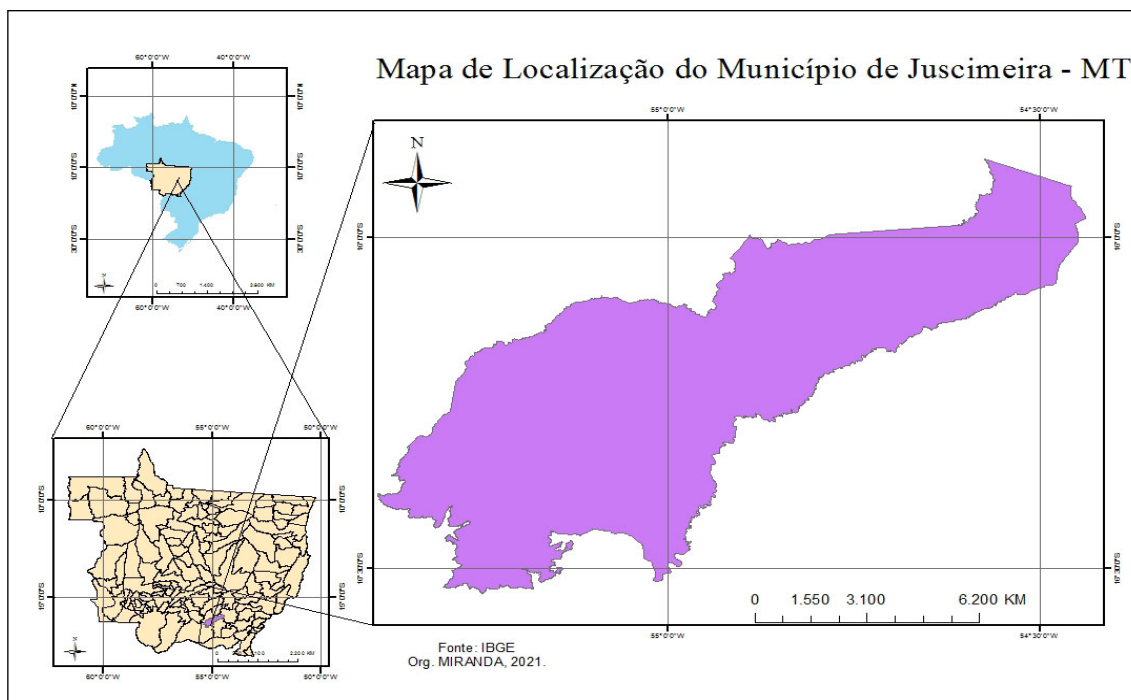
Segundo Mota (2018, p. 119), a falta de saneamento básico coloca em risco a saúde de grande parte da população brasileira, “com incidência de doenças, principalmente, de veiculação hídrica, como diarreias, hepatite, cólera, amebíase, febre tifóide e esquistossomose, entre outras.”

## **LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO**

O município de Juscimeira está situado na região Centro-Oeste do Brasil, na porção sudeste do Estado de Mato Grosso, entre os paralelos 15°30' e 17°00' de latitude sul e os meridianos 54°00' e 55°30' de longitude oeste de Greenwich (Figura 1), uma altitude de 251 metros (IBGE, 2007), e a cerca de 157km da capital do Estado, Cuiabá.

Segundo o IBGE, Juscimeira possui uma área territorial de 2.720,481 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 11.124 habitantes em 2021. E com relação a distribuição de sua população em seu território, no ano de 2010, 74,34% habitava suas áreas urbanas e apenas 25,66% sua área rural.



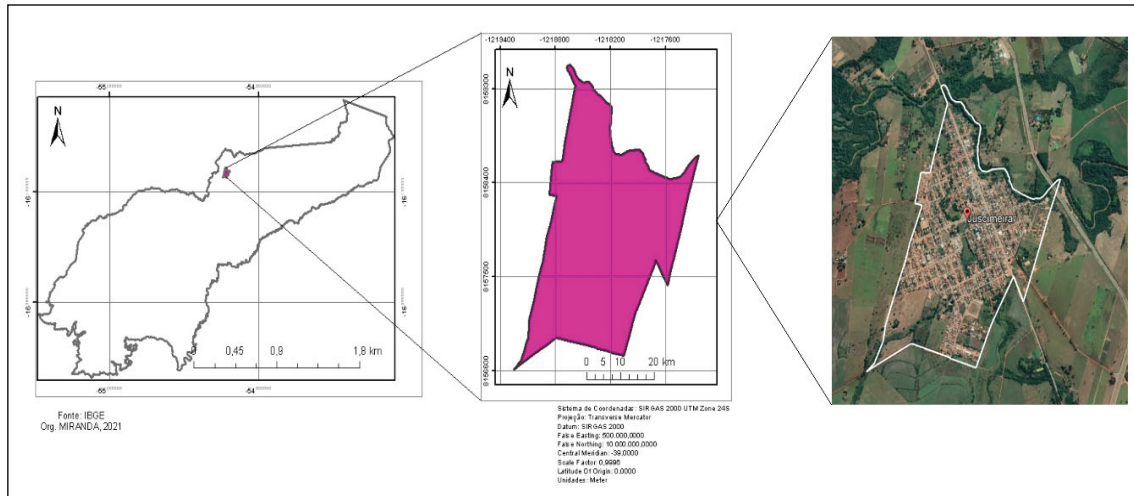


Fonte: IBGE. Org.: Miranda (2021).

**Figura 1.** Mapa de Localização do Município de Juscimeira no contexto nacional e do Estado de Mato Grosso,

A área de estudo engloba especificamente o perímetro urbano da sede administrativa do município de Juscimeira, ou seja, a cidade de Juscimeira. Contudo ela situa-se numa região, que por influência da BR 364/163 está formando um agregado de diversas áreas urbanas que reúne as cidades de Jaciara, São Pedro da Cipa e Juscimeira, e mais 4 de seus distritos (Irenópolis (7km), Placa de Santo Antônio (8km), Santa Elvira (16km) e Fátima de São Lourenço (28km). Ou seja, Juscimeira integra uma espécie de uma mini rede urbana da região sudeste do estado de Mato Grosso, de cidades desenvolvidas em função da agricultura comercial do cerrado. Além destas, Juscimeira também sobre influência da cidade de Rondonópolis que se situa a cerca de 50km, mas que em função do seu porte e diversidade de serviços é a capital da região intermediária que abrange todas as cidades/distritos dessa mini rede urbana.

Em termos logísticos, Juscimeira é servida pelos principais acessos rodoviários da região, como as BR- 364 e 163 e as MT-130, 270 e 340



Fonte: Organização: Miranda (2021).

**Figura 2.** Localização do Perímetro Urbano da cidade, no contexto do território do município de Juscimeira - MT.

O município tem como base mais específica de sua economia as atividades desenvolvidas no setor primário, representadas sobretudo pela agricultura comercial do cerrado (soja, algodão, milho, cana-de-açúcar etc.) e a pecuária comercial de gado de corte.

O setor de turismo também é um dos pontos fortes da sua economia e com grande potencial de crescimento, tendo destaque a grande quantidade de cachoeiras na qual a mais conhecida é a Cachoeira do Prata, que localiza-se a apenas cerca de 15 km do limite do perímetro urbano, nesse viés o município de Juscimeira é considerado a capital mato-grossense das águas quentes por seu território situar-se sobre um importante aquífero de águas quentes. Além disso, o município conta com um grande potencial hidroelétrico e pertence a grande bacia do Prata.

Segundo o IBGE (2010), 7.8% dos domicílios apresentavam esgotamento sanitário adequado, 48% dos domicílios urbanos estão em vias públicas com arborização e 10.4% dos domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

De acordo com o IBGE (2020), o salário médio mensal da população era de 2.4 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12.4%, e considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, temos cerca de 37.2% da população nessas condições.

## METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa baseou-se em levantamentos bibliográficos e documentais, levantamentos *in loco* para coleta das coordenadas geográficas, registros fotográficos e reconhecimento da infraestrutura. Na busca em plataformas digitais utilizou-se como filtro algumas palavras-chave: Juscimeira, Limeira, Juscelândia, Emancipação, Saneamento Básico, entre outras.

O Google Earth Pro, foi utilizado para espacializar algumas localidades e dar visibilidade da área de estudo, com a coordenadas geográficas coletas em visita ao campo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O processo de povoamento de Juscimeira se deu a partir de 1950, com o movimento de colonização impulsionado por um projeto proposto ao governo do estado de Mato Grosso que visava uma política de desenvolvimento de novas áreas através de projetos de colonização instituídos por empresas privadas (MARTINS, 2014).

Neste mesmo ano (1949), teve início o processo de colonização sob comando da CIPA – Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola, empresa privada, com sede na cidade paulista de Presidente Prudente. Depois de demarcar as glebas, a CIPA iniciou a propaganda, objetivando a venda de terras. Para isso, contratou corretores e arregimentou pessoal para disseminação de folhetos informativos junto às estações da Estrada de Ferro de Sorocabana. O resultado foi a compra das glebas e o assentamento dos proprietários, que se dedicaram a agricultura e à pecuária. O primeiro comprador da CIPA foi Nicola Rádica que, viajando da cidade paulista de Jardinópolis para Presidente Prudente, tomou conhecimento da colonização e, utilizando-se de um monomotor, viajou para a atual região de Jaciara (SIQUEIRA, 2002, p. 239).

Para isso, a Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola Limitada (CIPA) recebeu incentivo do governo do Estado para se instalar na região do Vale do São Lourenço, à qual pertence Juscimeira, e por meio de uma campanha publicitária mostrar que seu projeto colonial era promissor, levando algumas famílias adquirirem aquela área. O projeto colonial do Vale do São Lourenço passou a atrair cada vez mais imigrantes de todo o Brasil, principalmente das regiões Sudeste e Sul do país, atraídos pela alta fertilidade da produção agrícola, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 2008).

Waechter (2015), pontua que as propagandas da CIPA para a venda de terras apresentavam como principal atrativo a fertilidade do solo encontrado no território de Jaciara (nesse contexto histórico, as terras que futuramente se transformariam no território juscimeirense perteciam a Jaciara, já que Juscimeira foi distrito de Jaciara). As campanhas publicitárias e os panfletos insistiam em frases de efeitos tais como: "as terras mais férteis do mundo", sobretudo para a produção de café (fato não concretizado pois as terras estão localizadas no cerrado brasileiro, que por sua vez possui solos ácidos e pobres em nutrientes), e "melhores terras do Brasil" e para atrair compradores da região sul enfatizavam com a frase "terras livres de geadas".



Fonte: Waechter (2015).

**Figura 3.** Planfletos utilizados pela CIPA, para divulgação de vendas de terras em Jaciara no fim da década de 1940 e início da década de 1950.

Oliveira (2008) destaca que a real intenção de empresas como a CIPA, não é de colonizar a terra, mas tão somente criar uma reserva de mão de obra, de modo a tornar viável o seu empreendimento de colonização agrícola, subordinando os trabalhadores ao sistema capitalista de produção.

Ao analisar a forma da produção do espaço da região do Vale de São Lourenço, percebe-se que esta ocorreu em entrelinhas muito semelhantes com as da maior parte das áreas do território brasileiro, sobretudo matogrossense, onde o interesse do capital trouxe uma estrutura fundiária que não visava a produção deste espaço a fim do desenvolvimento no campo social, ao contrário, trazia uma proposta de exploração camuflada na oportunidade de melhoria de vida das pessoas economicamente mais pobres, que ao investirem em terras que eram vendidas como “super férteis”, viam a esperança de tornarem-se donas do seu próprio capital.

Em 1952, começa a formar-se a Gleba Areia, que passa a ser o ponto inicial da organização do território, que hoje constitui a cidade de Juscimeira (OLIVEIRA, 2008).

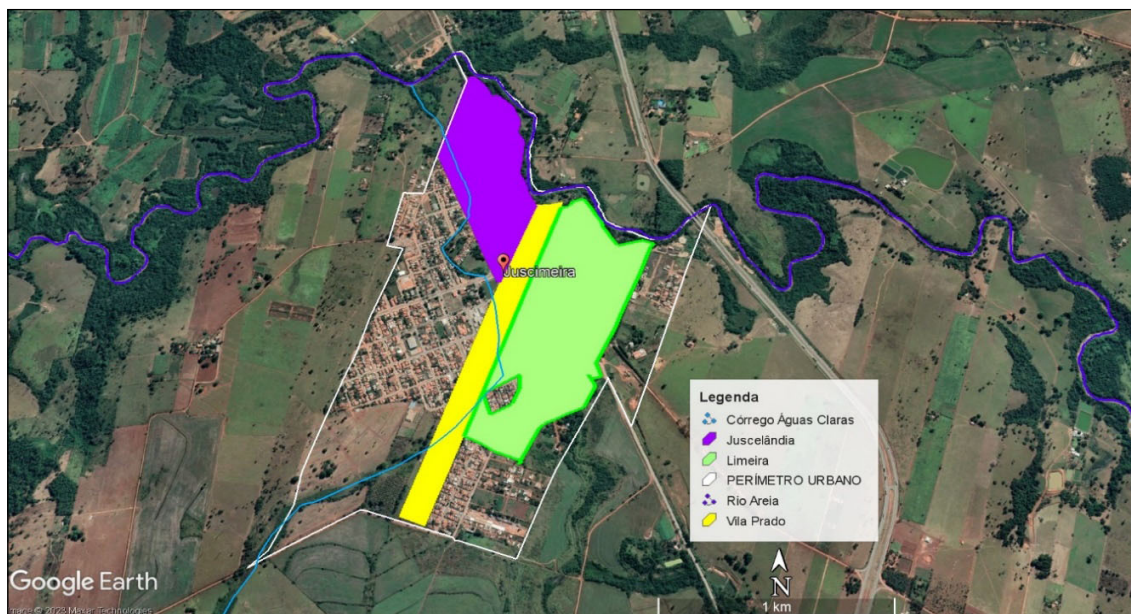
Um dos resultados do investimento da campanha publicitária, foi a chegada do Sr. João Matheus Barbosa no ano de 1954, na região que hoje constitui a cidade de Juscimeira. Em busca de terras férteis, juntamente com sua família, adquire o Lote 21, com 50 alqueires paulistas, ou sejam, 121 hectares. Em homenagem a Juscelino Kubitschek de Oliveira deu às suas terras o nome Juscelândia (MARTINS, 2014).

Atraído pelo baixo custo das terras e pelo solo fértil, o Sr. José Cândido de Lima e sua família chegam em solo juscimeirense no ano de 1957. Adquire o Lote 25, com 20 alqueires paulistas, ou seja, 48 hectares e 40 ares, instando-se a cerca de um quilômetro



de distância das terras do senhor João Matheus Barbosa. Em homenagem ao seu próprio sobremone batizou suas terras como o nome de Limeira (MARTINS, 2014).

No ano seguinte, o Sr. Antônio Cardoso Sales adquire da CIPA o lote 22 da gleba Areia, medindo cinco alqueires da medida paulista, ou sejam, 12 hectares e 10 ares de terras. Tal lote, estava localizado entre as terras do Sr. Barbosa e do Sr. Lima, e anos mais tarde recera o nome de Vila Prado. Foi assim que no início da década de 1960 já encontrava-se constituído os três primeiros núcleos habitacionais urbanos da Gleba Areia que anos mais tarde veio a se transformar na cidade de Juscimeira (Figura 4).



Fonte: Prefeitura Municipal de Juscimeira (2020); Imagem da Plataforma Google Earth (2021); Drenagem plotada por fotointerpretação da imagem. Org. Miranda (2023).

**Figura 4.** Área dos três primeiros loteamentos que deram início ao núcleo urbano inicial da cidade de Juscimeira entre as décadas de 1960 e 1970, plotados sobre imagem contendo a organização espacial de sua malha urbana atual e Cursos D'água que passam pelo limite do seu perímetro urbano.

Como os três primeiros núcleos urbanos não eram assistidos pelo poder público com instrumentos para o abastecimento de água, tais habitantes foram forçados executar ações, para que pudessem suprir suas necessidades básicas diárias referentes a água para consumo. Para isto, utilizam diversos tipos de recipientes como baldes, bacias, tambores, garrafas, e outros, para buscarem água no Rio Areia e Córrego Águas Claras (Figura 4), sendo estes os primeiros mananciais superficiais a serem utilizados no início da formação da cidade.

A instalação destas famílias trouxe para a localidade uma organização espacial visando a produção agrícola, primeiramente de subsistência. Para tal atividade torna-se indispensável uma fonte hídrica. Neste contexto, temos também o Córrego Águas Claras e o Rio Areia, sendo utilizados como fontes de captação de água superficial, para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Não sabe-se ao certo, quanto houve a primeira captação de água por manancial subterrâneo feito pela própria população, porém cabe ressaltar que o conhecimento empírico trazido por estas famílias foi de grande importância no momento da utilização deste tipo de manancial, visto que, não havia na época nenhum estudo hidrogeológico daquela região.

Na região de Juscimeira e arredores, a agricultura canavieira teve um desaque significativo. O desenvolvimento começa a se consolidar na região a partir da década de 60 com a construção da BR 364, que impulsionou ainda mais o desenvolvimento de Juscimeira, pois passou a ligar a localidade à Rondonópolis (ao sul) e à Cuiabá (ao norte). Essa estrada deslocou todo fluxo rodoviário que passava por Fátima de São Lourenço e ligava a capital de Mato Grosso ao estado de Goiás, dando mais visibilidade à aquele aglomerado humano, pois aumentava o movimento de ir e vir de pessoas e mercadorias.

A propaganda feita em cima das frases de efeitos atraía novos migrantes a atual Região do Vale do São Lourenço, tornando cada vez mais habitado o espaço que hoje constitui a cidade de Juscimeira. Um dos motivos para tal fato, é a fundação em Jaciara, no ano de 1963 por interesse da CIPA, da Usina de Jaciara, que era de pequeno porte, porém precisava de mão de obra, já que tinha uma capacidade nominal de produção de açúcar de 60.000/100.000 sacas por safra (WAECHTER, 2015).

No entanto, quando ocorre a aglomeração urbana, o consequente uso da água, a disposição de resíduos sólidos e o esgotamento sanitário tornam-se atividades coletivas óbvias e essenciais.

A Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso – SANEMAT era a empresa responsável pela prestação de serviços de saneamento na época da formação socioespacial da cidade de Juscimeira. Na Lei nº 24/67 em 27 de Dezembro 1.967, foi firmado o convênio com o município de Jaciara – MT, sede administrativa da vila de Juscimeira, para a prestação de serviços de água e esgoto, entretanto, as primeiras ações da SANEMAT, ficaram restritas a Jaciara. Em 1.968, o vereador Jurandir Pereira da Silva propôs a fusão do nome das duas principais vilas, e assim o vilarejo passou a ser chamado de Juscimeira.

Os moradores do Vilarejo de Juscimeira tinham no Rio Areia e no Córrego Águas Claras suas fontes popularizadas de água. Não havia rede pública de distribuição de água e as pessoas precisavam ir até estes mananciais superficiais com recipientes coletores de água, diariamente, em busca deste recurso essencial. Dependendo da relação social, algumas casas eram abastecidas também com a água proveniente dos poços privados que existiam em algumas restritas residências.

A construção da Paróquia Bom Jesus de Juscimeira, tem um importante significado na espacialização, pois estava localizada na Vila Prado, entre as terras de Juscelândia e Limeira, e tinha como um dos objetivos fortalecer os vínculos afetivos entre os habitantes de todo vilarejo.

Até o ano de 1972, cerca de 20 anos após o vilarejo já ter formado um núcleo urbano inicial, este não tinha sistema público de abastecimento de água, tendo ainda que ir buscar água nas costas dos rios que passam pelo local ou canalizar de forma improvisada água de uma mina de uma propriedade privada, afim de minimamente poder dispor de água para suas necessidades básicas diárias.

Neste contexto, a comunidade local, liderada pelo padre João Henning, iniciou as escavações para a construção da primeira rede de distribuição pública de água. Esta ação popular repercutiu na região, e a SANEMAT chega à localidade e toma para si a responsabilidade da execução e término na obra.

Ainda na década de 1970, foi implantado o loteamento Vila Prado e, com o desenvolvimento da cidade e a chegada de novos moradores, fez-se necessário ampliar a rede de distribuição e utilizar outras fontes de água, como a água do poço que estava localizado atrás da Paróquia Matriz Bom Jesus. Essas ações demonstram que o poder público não desfrutava de planejamento para a ampliação no número de residências, que poderiam ser construídas diante a potencialidade de crescimento urbano, visto que, primeiro eram aprovados os loteamentos e só posteriormente pensado nas ações que poderiam ser realizadas para ofertar água via sistema público. A intencionalidade portanto, era lucrar com as vendas de terras sem ter como prioridade a qualidade de vida dos habitantes.

Caminhando para emancipação política administrava, em 29 de junho de 1976, a Lei Estadual nº 3.761, elevou a Vila de Juscimeira à categoria de distrito. Após um período de estagnação política, em 10 de Dezembro de 1979, o governador Frederico Campos saneou em praça pública a Lei Estadual nº 4.148 de autoria do deputado Alvez Ferraz e criou o município de Juscimeira.



Fonte: Acervo da Paróquia Bom Jesus de Juscimeira (1979).

**Figura 5.** Momento em que o governador Frederico Campos assina a lei que eleva Juscimeira a categoria de município em 1979.

Conforme página 8 do Diário Oficial de 27 de agosto de 1980, o edital SANEMAT nº 116/80 anunciou a abertura de licitação para aquisição de uma ETA Compact aberta em Juscimeira. Ou seja, somente cerca de 30 anos após os primeiros bairros da cidade terem se formado, as pessoas desse assentamento humano começaram a receber água tratada por métodos adequados e seguros.

Na página 5 do Diário Oficial da União de 24 de setembro do mesmo ano, consta uma licitação que foi realizada no dia 10 de setembro e a empresa FMC - do Brasil - Indústria e Comércio é creditada pela prestação deste serviço. Ainda no mesmo ano, em 15 de outubro a Indústria de Bombas Centrífugas Ltda – ABS, é a responsável através de licitação pela aquisição de dois conjuntos de motobombas submersíveis para bombagem de água bruta. Todas essas ações visavam a adequada estruturação do sistema público de abastecimento de água, visto que no início da década de 1980 a cidade apresentaria uma ligeira expansão urbana, pois passou a contar também com o loteamento Curitiba e assim, totalizando quatro loteamentos.

No ano de 1981, chega no município de Juscimeira o governador do Estado Frederico Campos para a inauguração da Estação de Tratamento de Água – ETA, que inicialmente utilizava apenas a água do Rio Areia. No anos posteriores é construído um reservatório de água margeando a BR 365 (que neste período passava por dentro da cidade), sentindo Rondonópolis, com capacidade de armazenamento de 300 mil litros.



Fonte: Secretaria de Estado de Comunicação Social de Mato Grosso - Superintendência de Arquivo Público. Fotografia produzida por Lenine Martins em 18 de Julho de 1981.

**Figura 6.** Prefeito Ramón Itacaramby (usa terno) e Frederico Campos no hasteamento da bandeira na inauguração da rede pública de água em 18 de Julho de 1981.

Quando o reservatório foi construído, a água da mina passou a ser direcionada diretamente para ele. A rede pública de abastecimento de água passa a distribuir a água desse reservatório, captada do poço localizado atrás da paróquia (manacial subterrâneo)



e água do rio Areia (manancial superficial) tratada na ETA. Ou seja, nesse momento, o abastecimento público de água de Juscimeira passa a contar com água tanto de manancial superficial como subterrâneo.

Em entrevista com senhor Onofre Marcos, foi pontuado que dependendo de como ocorria o consumo diário de água da população, poderia haver excesso de água na rede de distribuição, principalmente nas madrugadas. Essa água excedente escoava para o reservatório através de uma rede de tubos de 110mm, que poderia continuar fornecendo água aos moradores por aproximadamente 3 a 4 horas em caso de problema no sistema de captação. Além disto, Onofre Marcos também informou que em 1985, a rede pública de abastecimento de Juscimeira contava com apenas 890 ligações de água e que neste mesmo ano começaram a ser instalados os primeiros hidrômetros com um fiscal de consumo fazendo a leitura do aparelho.



Fonte: Identificado a partir de informação verbal fornecida pelo senhor Onofre Marcos, ex funcionário da SANEMAT, em entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2021. Registro feito pela autora (2022).

**Figura 7.** Primeiro Reservatório de Água da cidade de Juscimeira criado na década de 1980 e desativado atualmente.

Acreditando no desenvolvimento da cidade o prefeito da época, em meados da década de 1980, senhor Ramon Araújo Itacaramby, com o apoio do governador do Estado Frederico Campos, reservou uma área para o ser o Centro Administrativo de Juscimeira. Nesse sentido:

... desapropriou quase 120 hectáres de terras, às margens do córrego seco loteou a área, reservou parte dela para o Centro Administrativo de Juscimeira, destinou uma parte para lotes maiores e a parte restante para lotes menores, para as pessoas de menor poder aquisitivo. Parte da área foi doada pelos padres João e Mário Henning (ITACARAMBY, s/d, p. 8).

Em 1988, o governo do Estado, liberou recursos para construção de uma rede pública de abastecimento de água para o Centro Administrativo de Juscimeira (CAJUS).

A Lei nº 174, de 26 de outubro de 1990, autoriza a doação de terreno da COHAB/MT ao Município de Juscimeira com a meta de construção de no mínimo 150 residências populares com toda infraestrutura, incluindo água, luz e arruamento viário. A localidade ficou denominada Cohab Boa Esperança.

Entre os anos 1991 e 2000, a população da cidade cresceu a uma taxa média anual de 0,42%. Para atender a demanda de abastecimento de água após esse crescimento populacional, a SANEMAT teve que perfurar um outro poço artesiano, localizado dentro do seu próprio terreno, para ajudar no abastecimento de água à população.

Após a perfuração deste poço, que é um tipo de poço não jorrante, foi instalado uma bomba, para que pudesse obter um fluxo maior de água, afim de contribuir para o abastecimento de água na cidade.

No ano de 1996, houve uma ampliação do loteamento CAJUS, com a criação de novas quadras e lotes. Diante disso, foi ampliada a rede de distribuição de água para atender as necessidades da nova população que habitara essas casas. Nesse mesmo período a SANEMAT, visando resolver os problemas de vazamentos (JESUS, 1996), fez a substituição por uma tubulação mais moderna, de mais de 4.500 metros lineares da rede já existente em alguns pontos das partes mais antigas da cidade.

Até o final da década de 1990, a organização espacial da cidade estava formada pelos seguintes loteamentos na sequência de formação cronológica: Juscelândia, Limeira, Vila Prado, CAJUS e Cohab Boa Esperança.



Fonte: Prefeitura Municipal de Juscimeira, 2020; Imagem da Plataforma Google Earth (2021); Drenagem plotada por fotointerpretação da imagem. Org.: Miranda (2023).

**Figura 8.** Organização espacial dos loteamentos da cidade de Juscimeira na década de 1990.



Até meados da década de 1990, o abastecimento de água da sede do município de Juscimeira era proveniente da captação de manancial superficial e subterrâneo.



Fonte: Informação verbal fornecida pelo senhor Onofre Marcos, em entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2022. Org.: Miranda (2022).

**Figura 9.** Organização espacial da estrutura de abastecimento público de água na década de 1990.

As medidas que foram tomadas na época se tornaram insuficientes para sanar os problemas de abastecimento de água da cidade, frente a expansão urbana que ela estava experimentando. Isso porque ainda havia muito problema com a gestão da pressão da rede, e por conta disso havia-se a necessidade de desligar o fornecimento de água, na parte mais antiga da cidade (e também mais baixa), para conseguir fazer com que a mesma chegasse nas residências recém construídas na região periférica ao centro e também naquelas situadas em terrenos com maior altitude no perímetro urbano. Para tanto, a SANEMAT utilizava a técnica de manobra, que consiste em setorizar a distribuição da água melhorando a pressão desta dentro da tubulação.

Entretanto, essa ação ocasionava um déficit no abastecimento de água nas residências localizadas no bairro Limeira e nas demais residências situadas nas proximidades da BR – 364, o que resultava na interrupção do fornecimento de água para as mesmas durante algumas horas todo dia promovendo problemas para que a população pudesse manter suas atividades rotineiras dentro do normal.

A SANEMAT prestou serviço para o município até o ano de 1998, quando o governo do Estado de Mato Grosso passou a incentivar os municípios a assumirem a responsabilidade da prestação dos serviços de saneamento básico.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água – Saneag, é a titular da prestação de serviços de abastecimento público de água na cidade

de Juscimeira. Contudo, a municipalização do serviço não foi suficiente para melhorar a qualidade do serviço prestado a população, que ainda se vê obrigada a conviver com os problemas gerados pela negligência histórica na estrutura de saneamento básico no espaço urbano produzido na cidade de Juscimeira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O início da formação socioespacial experimentada pela cidade de Juscimeira permite entender que a produção do seu espaço urbano ocorreu de maneira controlada, sobretudo, em função dos interesses imobiliários e capitalistas da empresa de colonização que o conduziu (CIPA), sob o olhar passivo do Estado.

Mesmo o núcleo urbano inicial exibindo um certo nível de planejamento este foi muito aquém do necessário para se garantir as necessidades básicas e, também, a dignidade do aglomerado populacional que o mesmo passou a abrigar. Fato que obrigou a própria população a se organizar para prover os serviços básicos de saneamento, que era obrigação da empresa que estava coordenando e lucrando com a colonização do lugar e, também do próprio poder público que acompanhava todo o processo.

A água é um fator determinante para o início de qualquer assentamento humano, entretanto, a infraestrutura de abastecimento de água potável não foi considerado um fator imprescindível na aprovação e implantação dos loteamentos Juscelândia e Limeira, que foram os primeiros da cidade de Juscimeira.

A população destes primeiros loteamentos da cidade, após décadas de espera em vão pela iniciativa do poder público em implantar a estrutura de saneamento básico, e de busca de água com baldes nos rios que passam pelo local, teve que por iniciativa própria tentar estruturar esse serviço de saneamento básico e de suma importância para sua saúde e qualidade de vida. E mesmo após, o Estado ter assumido tal empreita, suas ações sempre estiveram em descompasso com a velocidade da expansão da malha urbana de Juscimeira.

A falta de compromisso e vontade política do poder público local em vincular a expansão do espaço urbano à capacidade do município em prover minimamente, o saneamento básico para sua população (pelo menos o abastecimento de água potável), não foi resolvido nem mesmo com a aprovação da Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, que passou a exigir desde o ano de 1979, que os loteamentos fossem aprovados com equipamentos urbanos públicos (BRASIL, 1979), e que resultou nos problemas atuais de saneamento básico que Juscimeira enfrenta e que comprometem a qualidade de vida de sua população.

Por fim, fica mais uma vez evidente que a produção do espaço urbano no Brasil, sobretudo em cidades de pequeno porte, é controlado e direcionado mais por interesses de agentes do mercado imobiliário do que pelo atendimento por parte do Estado das necessidades básicas da população (sobretudo a mais desprovida de recursos financeiros) para habitar um dado lugar. Além disso, o abastecimento de água, bem como, os demais serviços de saneamento básico devem ser prioridades em qualquer civilização e sua organização socioespacial não deve ser (re)produzida a modo de atender somente os interesses do capital, pois estes não podem estar acima dos direitos constitucionais, sendo dever do Estado provê-los.

## REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1. Ed. São Paulo: Ática S.A, 1995.
- FELDMAN, Sarah. FERNANDES, Ana. **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador : DUFBA, 2007.390 p. : il
- JESUS, Manoel de. **Revista de Juscimeira-MT**. 1996.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, B. C. R. **A formação socioespacial e expansão urbana da cidade de Juscimeira – MT**. Monografia. UFMT, 2014.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 30ª ed, São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
- MONTE-MÓR, R. L. de (1994). Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et alii. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec.
- MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 353p
- MOTA, Suetônio. Conhecimentos para Promoção do Saneamento, Saúde e Ambiente. In:PHILIPPI JR, Arlindo (Coord.). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Barueri: Manole, 2018.
- OLIVEIRA B. D. S; **Performances Políticas e Potencialidades Econômicas de Desenvolvimento Local no Município de Juscimeira – MT**. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, 2008.
- SANDEL, Michael. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo, Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14ª ed. São. Paulo: Contexto, 2004.
- UGEDA JÚNIOR, J. C. **Planejamento da paisagem e planejamento urbano: reflexões sobre a urbanização brasileira**, 2014.
- VALLE, C. N. L. **A autonomia dos municípios e o estatuto das cidades**. Dissertação (Mestrado) Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte - MG, 2015.
- WAECHTER PEDROSO, Claudia Maria. **Jaciara/MT : do tempo passado da colonização e da usina ao tempo futuro da agricultura moderna e do turismo**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2015.